

## 4

### Reavivamento católico: rumo a uma cidadania “renovada”?

Nesse capítulo procuro analisar o reavivamento católico no Brasil contemporâneo, sob o prisma da cidadania. Mais precisamente, meu interesse recai sobre as comunidades de Vida e Aliança oriundas da Renovação Carismática Católica – as *Novas Comunidades*. A pergunta que faço é a seguinte: as Novas Comunidades poderiam vir a participar da esfera pública política e trazer novos aportes à questão da cidadania no Brasil? A pergunta encontra fundamento no papel que a Igreja Católica, a partir de seus movimentos, tem exercido na esfera pública política brasileira desde o início do processo de resistência à ditadura militar e redemocratização. Os ventos progressistas do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979) enfatizaram a presença pública da Igreja Católica no engajamento social em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa tem sido de modo geral a linha de atuação da Igreja Católica no Brasil através da CNBB e de suas pastorais sociais. Igualmente o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi durante muito tempo a vanguarda dessa atuação mais comprometida com a transformação social por meio da participação política. Em tempos recentes, a Renovação Carismática Católica (RCC), atualmente o principal movimento católico no Brasil, vem se interessando pela política, preocupando-se com a formação política de seus membros e lançando candidaturas a vários níveis do poder legislativo.

Nesse capítulo, portanto, trato na primeira seção do reavivamento católico brasileiro apresentando a RCC, para em seguida tratar mais pormenorizada e extensamente das Novas Comunidades. Na segunda seção me detenho em responder a pergunta acima a partir do trabalho de campo realizado com as Novas Comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro.

#### 4.1. O reavivamento católico brasileiro

Como visto no primeiro capítulo, há em curso no campo religioso brasileiro uma grande transformação, a qual as pesquisas estatísticas apenas tocam na superfície. O aumento dos fiéis evangélicos pentecostais, dos “sem religião” e o declínio estatístico dos católicos apontam para um crescente processo de pluralização religiosa e desinstitucionalização, em que a tradicional hegemonia católica diminui. Novos modos de crer vão surgindo ao lado dos tradicionais modos e pertencimentos. Nesse aspecto, paradoxalmente, na Igreja Católica o declínio estatístico de fiéis ao longo das últimas décadas vem concomitante com uma reafirmação da identidade católica proporcionada pela ação da Renovação Carismática Católica. Essa reafirmação da identidade católica não é uma simples volta aos tempos anteriores ao Concílio Vaticano II – como pleiteiam as minorias integralistas católicas – mas uma reapropriação do imaginário católico tradicional pelo viés pentecostal, no qual o papel da subjetividade individual na mobilização das emoções e da afetividade é central. É muito provável que seja essa uma das chaves de compreensão para a forte expansão da RCC em solo brasileiro e de seu forte antagonismo inicial com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), voltadas para o engajamento coletivo social e político de seus membros e com pouca atenção para o mundo da subjetividade individual.

##### 4.1.1. A Renovação Carismática Católica

Em 2007 a RCC completou 40 anos de existência<sup>60</sup>. Ela surgiu nos E.U.A. (Pittsburgh, Pensylvania), após alguns estudantes universitários católicos, em contato com vários membros de igrejas pentecostais, experimentarem durante um retiro o chamado “batismo no Espírito Santo”, uma experiência análoga àquela descrita no livro dos *Atos dos Apóstolos*<sup>61</sup>, caracterizando-se por uma forte

---

<sup>60</sup> Para maiores informações oficiais sobre a RCC é bom consultar o sítio da RCC brasileira: <<http://www.rccbrasil.org.br/>>. Para uma leitura da história da RCC no Brasil, Cf. CARRANZA, Brenda. *Renovação carismática católica: origens, mudanças e tendências*. 2.ed. Aparecida (SP): Editora Santuário, 2002.

<sup>61</sup> Os *Atos dos Apóstolos* é um livro que narra a vida das primeiras comunidades cristãs e sua expansão missionária pela Palestina e Ásia Menor após a ressurreição de Jesus e a vinda do

manifestação dos dons do Espírito Santo, como por exemplo, a glossolalia, a profecia, a cura, etc. Há relatos de que as experiências de “batismo no Espírito Santo” já começavam a ocorrer em vários lugares dos E.U.A., porém esse ano e o local acabaram ficando como marco fundacional. De qualquer maneira, foi nos E.U.A. que nasceu o pentecostalismo católico, e as razões para isso são evidentes se considerarmos como os E.U.A. são profundamente marcados por suas raízes religiosas, e em especial por ter experimentado várias ondas de reavivamento religioso com forte ênfase nos dons do Espírito Santo.

A RCC se espalhou rapidamente pelos E.U.A., e em seguida pelo mundo inteiro. Aqui no Brasil chegou em 1969<sup>62</sup>, trazida por dois jesuítas estadunidenses, Haroldo Rahm e Eduardo Dougherty, que se estabeleceram na cidade paulista de Campinas e realizavam *Encontros de Oração no Espírito Santo*. Logo a proposta se espalhou daí para vários lugares no país, sendo que a ação de alguns missionários religiosos que conheceram a RCC nos E.U.A. foi fator importante para a sua expansão. A década de 70 no Brasil foi um período de expansão territorial e organização da RCC, que realizava seus congressos nacionais de lideranças e divulgava a novidade da experiência do “batismo do Espírito Santo”. Os anos 80 foram o período da consolidação institucional e projeção da RCC na mídia, seja como alvo de matérias, seja como usuária do meio midiático. Na década de 90, a RCC já é uma presença expressiva no meio católico, ainda que não majoritária, atingindo a cifra de milhões de adeptos e de pessoas influenciadas por ela. É a década também de sua forte inserção na mídia eletrônica, com rádios e canais de televisão voltados para a evangelização dos católicos.

Desde os seus inícios nos E.U.A., a RCC se caracterizou por ser um movimento católico da classe média, e no Brasil não foi diferente: funcionários públicos, profissionais liberais e universitários eram a composição social do movimento no Brasil. A partir da década de 90, a RCC passa a atingir os meios populares, mas ainda é predominante a classe média entre seus adeptos, sobretudo entre as suas lideranças. Por essa maior inserção na classe média, compreende-se

---

Espírito Santo no Pentecostes. Ele, em conjunto com os evangelhos, são os principais livros do Novo Testamento da Bíblia.

<sup>62</sup> A RCC chegou no Brasil num período muito favorável para sua expansão, pois com as fortes restrições aos direitos civis e políticos depois do AI-5, as atividades estritamente religiosas são vistas pelo regime militar como menos perigosas.

também o antagonismo inicial com a CEBs, exclusivamente voltada para os meios populares e pobres.

Em seus quase 40 anos em solo brasileiro, a RCC se tornou uma organização católica de expressão nacional muito bem articulada em seus diversos níveis – nacional, estadual e diocesano<sup>63</sup> – em conselhos, comissões, escritórios, ministérios, equipes de serviço, comunidades e grupos de oração. Presente em quase todas as dioceses e paróquias do país, em muito difere dos seus primórdios de espontaneidade em viver segundo as inspirações do Espírito Santo. Fez-se necessário ao longo de sua existência a inevitável institucionalização de seu carisma para a sua própria sobrevivência dentro da Igreja Católica (Carranza, 2002; Mariz, 2003) face às demandas da hierarquia eclesiástica e das demandas de expansão e administração dos seus membros. Rotinização do carisma, segundo Weber, que aponta para uma racionalização das práticas, como pode ser visto pela organização do movimento e nas cada vez mais crescentes orientações internas, estatutos, regimentos, visando a regularização de práticas e discursos. Enfim, necessidade de rotinação e burocratização para a sobrevivência do movimento.

Nesse aspecto de sobrevivência do carisma é fundamental a vida dos grupos de oração. Mesmo com vários tipos de atividade como Cenáculos, Retiros, Rebanhões, Tardes de Louvor, Festivais, Barzinhos de Jesus, é na reunião do grupo de oração, e nos Seminários de Vida no Espírito promovidos por ele, que reside o chão da vida da RCC. Nesses grupos de oração os membros da RCC se encontram semanalmente para exercitar e manifestar os dons do Espírito Santo e acolher os novos adeptos e divulgar o carisma. Como descreve Carranza:

A atividade central dos grupos de oração é, como o próprio nome diz, a oração, seja de louvor, de ação de graças, em línguas, contemplativa, de libertação e de cura. Nela inserem-se todo tipo de emoções e manifestações de experiências pessoais (depoimentos), leitura da Bíblia e cantos. Os encontros de oração acontecem normalmente num clima emotivo e festivo, durando aproximadamente de duas a três horas. Há também, quase sempre, oração em línguas (glossolalia), curas interiores e físicas. É justamente esse clima festivo e emotivo que diferencia a RCC de outros grupos religiosos da Igreja Católica, ao mesmo tempo que se assemelha aos grupos pentecostais.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> Refere-se às dioceses, circunscrições territoriais sob a administração eclesiástica de um bispo ou arcebispo, normalmente formadas por circunscrições menores, as paróquias, que por sua vez são administradas pelos párocos, que podem ser presbíteros (padres) ou diáconos.

<sup>64</sup> CARRANZA, 2002, p. 44-45. Para uma descrição pormenorizada das práticas religiosas carismáticas, Cf. PRANDI, 1998, p. 61-95.

A centralidade do grupo de oração na dinâmica da RCC pode ser confirmada pelas orientações presentes na página *web* da RCC nacional:

O Grupo de Oração é a célula fundamental da Renovação Carismática Católica, é a expressão máxima e principal da RCC... O grupo de oração da RCC não deve esquecer, obviamente, de sua identidade carismática. Os outros grupos dentro de outras experiências são importantes para a Igreja e para as pessoas, mas o Grupo de Oração carismático tem características próprias: Batismo do Espírito Santo e o uso dos Carismas.<sup>65</sup>

A RCC se propõe a renovar toda a Igreja Católica recuperando para ela a experiência do Pentecostes, os dons do Espírito Santo. Mas de imediato, a atuação da RCC tem tido como fruto o reavivamento de católicos não-praticantes, levando-os a uma participação maior na vida sacramental e adesão à doutrina católica. A mídia se refere a RCC como a resposta da Igreja Católica à ação das igrejas pentecostais que estariam roubando católicos. O que se percebe é que a RCC vem atingindo o público católico por meio da mídia eletrônica. Com programas das TV Século XXI e Canção Nova – essas lideradas pelos principais líderes da RCC no Brasil, Pe. Eduardo Dougherty e Pe. Jonas Abib – em conjunto com dezenas de rádios espalhadas pelo país, a RCC atinge um amplo público católico para além daquele pertencente ao movimento. Essa televangelização dá uma grande visibilidade a RCC e dissemina muitas de suas práticas e crenças pelos meios católicos. É comum, em muitos lugares do Brasil hoje, encontrarmos católicos que exibem algum traço “carismático” mesmo sem pertencer ao movimento, pois a influência da RCC tem atingindo muitos católicos, inclusive influenciando novas gerações de membros de CEBs. Por isso, é possível dizer que o pentecostalismo católico transcende as fronteiras da RCC como um fenômeno do catolicismo brasileiro contemporâneo.

E qual seria a fórmula do sucesso da RCC? É indubitável que o uso maciço dos meios de comunicação social, aliados às técnicas de *marketing*, dão resultados, mas o que realmente está por trás desse alcance do movimento é sua capacidade de articular o tradicional, o moderno e o pós-moderno presentes no campo religioso brasileiro (Sanchis, 1997, 1999; Camurça, 2001). Segundo Camurça, a RCC consegue retomar e revalidar a tradição “através da *experiência*

---

<sup>65</sup> <[http://www.rccbrasil.com.br/atual/cobertura/noticias.php?cod\\_cobertura=2548&aba=atual](http://www.rccbrasil.com.br/atual/cobertura/noticias.php?cod_cobertura=2548&aba=atual)>. Acessado em 9 de abril de 2008.

*subjetiva e da escolha pessoal dos fiéis*”, isto é, um retorno à tradição pela via da modernidade. “A Tradição, outrora vivenciada como uma força atávica/impositiva, encontra-se agora dinamizada e subjetivada pela livre-opção dos indivíduos” (Camurça; 2001, 49), uma escolha livre realizada no interior da Igreja. Se a autonomia e a liberdade do indivíduo atestam sua condição de modernidade, por sua vez, elas se exercem no interior da tradição da Igreja. Tradição aqui no sentido de tradicionalismo religioso, de piedade católica devocional que imperou desde os inícios da Idade Média até o Concílio Vaticano II. De fato, o que acontece, é uma reapropriação subjetiva da tradição pré-conciliar, onde práticas de piedade devocionais como as exposições do Santíssimo, devoções aos anjos e santos voltam com toda força, somando-se a uma valorização da Bíblia – algo enfatizado pelo Concílio – mas numa perspectiva fundamentalista. E tudo isso, marcado pela efusividade do Espírito Santo que dá um tom festivo e emocional às reuniões dos católicos carismáticos.

O sucesso da RCC está em reativar uma identidade católica para os tempos modernos: possibilidade de escolha individual e atenção à subjetividade individual, o mundo interior dos indivíduos. Uma adesão religiosa não feita pelo caminho da catequese, ensino, isto é, pelo uso da inteligência/razão, mas pela *experiência mística* expressa em gestos corporais e êxtases emocionais: seria esse o aspecto pós-moderno presente na RCC (Camurça, 2001, 54-55).

Sucesso que não deixa de ser ambíguo, pois a orientação inicial fundamental da RCC era a plena pentecostalização da Igreja Católica, sua renovação no Espírito Santo, porém hoje ela se enquadra como mais um movimento católico, com autonomia relativa, submetida ao controle tanto da cúria vaticana, quanto ao dos bispos locais, que variam muito na sua adesão ou rejeição à RCC. Mariz (2003, 184-185) chama a atenção para esse fato mostrando como a Igreja Católica se organiza de forma a permitir que movimentos como a RCC possam ter uma certa autonomia e estrutura organizativa paralela às estruturas propriamente canônicas e eclesiásticas para poderem ser incluídas na estrutura mais ampla da Igreja Católica. Seria essa a maneira como a Igreja Católica, particularmente a hierarquia, assimila movimentos renovadores que procuram mudar o *status quo*, sem ocasionar as grandes rupturas características das

dissidências no mundo protestante<sup>66</sup>.

Assim, a RCC seria gradualmente assimilada à estrutura eclesiástica. O que talvez seja novidade é exatamente o aspecto pentecostal e laico que marca o movimento, e que gera tensões permanentes com a hierarquia, especialmente com os párocos. Tensões a nível local que se renovam recentemente com o *boom* das comunidades carismáticas de vida e aliança.

#### 4.1.2. As novas comunidades católicas

Um olhar atento ao desenvolvimento da RCC nos últimos 15 anos notará um fenômeno interessante: o aparecimento de comunidades carismáticas<sup>67</sup>. Essas comunidades conhecidas como *comunidades de vida e aliança* já são mencionadas em alguns estudos mais recentes sobre RCC (Miranda, 1999; Carranza, 2002), ou são elas mesma objeto de estudo (Oliveira, 2004; Mariz, 2005)<sup>68</sup>. Empiricamente constata-se que o pentecostalismo católico está vivendo

---

<sup>66</sup> Weber já observara em sua sociologia da religião (Weber, 2004a, 375-377) como o caminho de salvação na Igreja Católica se dá pela distribuição da *graça institucional*, que dispensa tanto ao fiel que recebe como ao encarregado do ofício de distribuir a necessidade de ser um virtuoso religioso, pois é a instituição que é a portadora dos méritos necessários para a salvação, conferidos a ela pelo salvador. Logo, para o exercício da graça institucional, a obediência se torna a virtude cardinal indispensável, já que “fora da Igreja não há salvação” (*Extra ecclesiam nulla salus*). Submeter-se à autoridade que distribui a graça necessária para a salvação não significa a ausência de divergência e de pluralidade, como bem mostram a profusão de movimentos e congregações religiosas no catolicismo, pois o que é afirmado é a autoridade responsável pela distribuição da graça institucional. Pertencer à Igreja Católica é reconhecer a legitimidade dessa autoridade. Esse tem sido o meio pelo qual a Igreja Católica tem universalizado a mensagem de salvação e seus efeitos, pois não há restrições a nenhum grupo ou classe de pessoas para fazerem parte da Igreja. Basta aceitar a autoridade legítima que confere a graça. Essa plasticidade da Igreja Católica explica sua capacidade de sobrevivência ao longo dos séculos e sua unidade apesar de tantos movimentos internos de contestação do *status quo*.

<sup>67</sup> Mais a frente trataremos da distinção entre as comunidades de vida e aliança – As Novas Comunidades – e as “comunidades de serviço” da RCC.

<sup>68</sup> As mais antigas e importantes Comunidades são a Comunidade *Canção Nova* e a Comunidade *Shalom*, respectivamente fundadas em 1978, em Queluz (SP), e em 1982, em Fortaleza (CE). São as duas únicas Comunidades a receberem o reconhecimento pontifício até o presente momento, tendo recebido, a primeira em 2008, e a última em 2007. As demais, e não todas, possuem reconhecimento apenas diocesano. Segundo o Direito Canônico da Igreja Católica, o reconhecimento pontifício permite que a Comunidade tenha autonomia face ao controle do bispo diocesano, podendo ter ampla liberdade para suas atividades e estilo de vida, respondendo apenas às autoridades eclesiásticas do Vaticano, ou seja, a Comunidade se coloca sob a alçada papal. As que possuem reconhecimento diocesano, possuem um estreito vínculo de obediência ao bispo em cuja diocese receberam a aprovação, estando portando dependentes dele e de seus sucessores. Do ponto de vista do *status*, a aprovação pontifícia certifica que a Comunidade é de grande valor para o conjunto da Igreja Católica, podendo por isso estender suas atividades para qualquer diocese do mundo. O reconhecimento pontifício das Comunidades *Shalom* e *Canção Nova* abriram novas

uma nova fase com a multiplicação incessante dessas comunidades por todo o território brasileiro<sup>69</sup>. Uma pesquisa na Internet em páginas católicas ligas a RCC ou uma participação em eventos importantes da RCC revela a presença dessas comunidades como uma expressão nova da vivência da espiritualidade carismática: a experiência comunitária. A visibilidade dessa experiência tem ultrapassado as fronteiras da RCC e atingido a vida de muitas pessoas em paróquias e dioceses pelo país<sup>70</sup>, como tenho observado em minha própria experiência como agente do campo religioso católico, e confirmado pelo trabalho de campo.

Segundo estimativa em publicação recente sobre o tema (Timbó, 2004, 16), “existem cerca de 400 Novas Comunidades, dentre estas, aproximadamente 65% estão em fase embrionária, 20% estão em desenvolvimento e 15% estão atingindo ou já atingiram um amadurecimento e são, de certa forma, referencial para as demais”<sup>71</sup>. E como a maioria das Comunidades possuem um élan missionário, elas abrem várias casas, inclusive fora do estado de origem e mesmo fora do país, o que aumenta em muito sua visibilidade e reforça a divulgação desse novo jeito de viver a espiritualidade carismática.

Do ponto de vista lógico, o aparecimento das Comunidades segue os desdobramentos da experiência do cristianismo primitivo narrada nos *Atos do Apóstolos*: após a experiência da efusão do Espírito Santo em Pentecostes surgem as primeiras comunidades cristãs reunidas em torno dos apóstolos, dedicadas à oração, ao louvor, à escuta da Palavra de Deus, e ao amor fraterno e a partilha de bens.

Por isso, a RCC criou o *Ministério Atos 2* para acompanhar as

---

perspectivas para as Novas Comunidades no campo católico. Para os membros das Comunidades pesquisadas esse reconhecimento legitima o próprio conjunto das Novas Comunidades face aos outros movimentos católicos e à hierarquia.

<sup>69</sup> As Novas Comunidades não são um fenômeno exclusivamente brasileiro, porém entre nós se reveste de uma grande intensidade comparado com outros países.

<sup>70</sup> As atividades a que se dedicam as Novas Comunidades e que lhes têm angariado visibilidade eclesial são muito variadas, contudo a maioria delas deriva de sua matriz carismática: cursos de formação bíblica e de doutrina católica; retiros; grupos de oração; eventos para a juventude; encontros; acampamentos; festivais de música; atividades, enfim, que podem ser enquadradas como evangelizadoras. Atividades tidas como de assistência social fazem parte também do amplo leque de ações desenvolvidas pelas Novas Comunidades: casas de acolhida para menores de rua; comunidades para a recuperação de dependentes químicos; asilos; visita a hospitais e a presídios; ação educacional para crianças de baixa renda; cestas básicas.

<sup>71</sup> É muito provável que esse número tenha aumentado, pois impressiona a velocidade com que se fundam Novas Comunidades, a despeito de algumas não durarem muito tempo devido a dificuldades internas de relacionamento, inexperiência das lideranças e questões econômicas.

Comunidades, mas essa ligação de origem com a RCC não significa que as Comunidades estejam submetidas à estrutura administrativa e de governo da RCC, ou ainda que façam parte de uma estratégia de expansão da RCC, como afirma Carranza (Carranza, 2002, 62-83). O trabalho de campo revelou que as Comunidades são bem independentes da estrutura da RCC, tendo vida própria, apesar de não negarem sua origem na RCC e ainda participarem de eventos promovidos por ela. Em alguns casos, há referência a conflitos entre as Comunidades e a RCC por causa exatamente da autonomia que elas vêm adquirindo. Em alguns lugares, a coordenação da RCC procurou discernir o carisma das Comunidades, o que gerou reações, pois isso ia contra a manifestação do Espírito Santo. Caberia apenas ao bispo diocesano reconhecer ou não a legitimidade desse carisma e não a estrutura de governo da RCC.

Como expressão dessa autonomia das Novas Comunidades, as mais antigas e principais Comunidades fundaram a FRATER<sup>72</sup> – Fraternidade das Novas Comunidades de Vida e Aliança. Ela não é um órgão de controle ou governo, mas uma maneira para essas comunidades se organizarem – especialmente em ajuda às mais recentes e como visibilidade para o conjunto da Igreja Católica no Brasil. E o fenômeno das Novas Comunidades é já tão significativo que a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou recentemente um subsídio doutrinal tratando do tema<sup>73</sup>. O que chama a atenção nesse subsídio é a preocupação da CNBB em tentar compreender o fenômeno em função exatamente da sua inserção nas igrejas particulares, isto é, nas dioceses, pois o que é muito característico do fenômeno é que as Comunidades possuem uma forte autonomia frente ao controle eclesial de párocos e bispos. Como ficou evidente no trabalho de campo, a relação com o clero, particularmente com o pároco é por vezes tensa ou envolta num clima de suspeitas por parte deste.

Mas quais são as características dessas Novas Comunidades? A partir do meu trabalho de campo e consulta a várias páginas *web* de algumas Comunidades, posso caracterizá-las da seguinte maneira sem esgotar, contudo a diversidade dos casos particulares. Primeiro, elas se distinguem das comunidades paroquiais, das comunidades eclesiais de base e das comunidades das ordens e congregações

---

<sup>72</sup> Para maiores informações sobre a FRATER, visite a página web: <<http://www.novascomunidades.org.br>>.

<sup>73</sup> CNBB, 2005.

religiosas por dois aspectos fundamentais: o *viés laico* e a *matriz carismática*. Mesmo quando o fundador da comunidade é um padre, o viés laico dos seguidores e membros da comunidade predomina.

O aspecto laico é muito evidente nessas comunidades. O fundador é em aproximadamente 80% dos casos um homem leigo<sup>74</sup>, e boa parte deles casados<sup>75</sup>. É algo interessante se considerarmos que na RCC a maioria dos participantes é de mulheres<sup>76</sup>. Talvez aqui pese ainda a tradição da Igreja Católica em que os homens têm maior acesso às posições de liderança e autoridade.

Quanto à matriz carismática, essas comunidades nasceram de pessoas majoritariamente ligadas à RCC, fossem os vínculos mais estreitos ou não. As exceções confirmam a regra, já que a experiência que origina o chamado a fundar a Comunidade se dá num contexto carismático, em que a pessoa faz uma experiência nos moldes da RCC: glossolalia, curas, profecias, etc. Em geral, a Comunidade iniciou-se como um grupo de oração que buscava um maior vínculo entre seus participantes. Depois veio um chamado particular dirigido a uma liderança que se torna o fundador da Comunidade.

O nosso grupo de oração ia crescendo (600 pessoas por domingo) e a cada dia mais jovens se juntavam a nós para o serviço. Com a Obra crescendo, compreendemos que Deus estava pedindo de nós um compromisso maior com Ele. E foi deste compromisso maior com Deus, com a sua Igreja e com a Obra que Ele nos confiou, que sem nós percebermos, Ele estava nos conduzindo para uma vida em Comunidade. Deus nos chamou a uma vida comunitária, não somente para realizarmos coisas para Ele, mas para sermos diante da sua presença. Nós acreditamos piamente que Deus nos chamou a sermos diante Dele, pelo poder do Seu Espírito Santo, e assim diante da sua Presença, nós transbordamos num serviço que é do coração d'Ele<sup>77</sup>.

Uma segunda característica, derivada da matriz carismática, é a espiritualidade dessas comunidades. A espiritualidade vivida por elas é a espiritualidade cultivada pela RCC. Nela são enfatizados a experiência pessoal de Deus, a oração, o louvor, a glossolalia, a cura e a libertação pessoal de males

<sup>74</sup> No trabalho de campo encontrei três fundadores, casados, que foram encaminhados para o diaconato. Ou seja, tornaram-se clérigos casados, o que pode ser uma tendência futura para as Comunidades, especialmente as menores e mais ligadas às dioceses. Talvez uma forma das Comunidades encontrarem reconhecimento e legitimidade perante a hierarquia, e uma forma dessa de assimilar essas Comunidades à estrutura da diocese.

<sup>75</sup> As esposas se tornam co-fundadoras, compondo um ideal de família aos moldes da doutrina católica oficial.

<sup>76</sup> Segundo Prandi (1998, 165), as mulheres representam 70,3% do contingente da RCC.

<sup>77</sup> <<http://www.novomana.org.br/>>, acessado em 4 de junho de 2008.

físicos e espirituais, o uso da Bíblia, a veneração a Maria e a alguns santos – especialmente os ligados ao carisma particular da Comunidade. No trabalho de campo acompanhei algumas reuniões de algumas Comunidades. Apesar da diversidade de lugares geográficos, de formato de comunidades, de números de membros, de carismas próprios, as reuniões se assemelhavam muito entre si e com uma reunião típica de um grupo de oração da RCC: oração em alta voz dirigida ao Senhor Jesus simultaneamente por todos os presentes, para pedir, agradecer, louvar; momento de cânticos de louvor; momento da proclamação da palavra e pregação; e, glossolalia. Dessa espiritualidade carismática resultam também os nomes dessas comunidades que expressam exatamente uma experiência pessoal e ao mesmo tempo grupal de Deus, que destoa dos nomes da piedade santoral católica dados às comunidades paroquiais. *Shalom, Cruz Gloriosa, Caos à Glória, Sobre a Rocha, Pequeno Rebanho, Colo de Deus, Coração Novo, Oásis, Doce Mãe de Deus, Arca da Aliança, Alpha e Ômega, Aliança de Misericórdia*, são alguns nomes dentre outros tantos que trazem ao mesmo tempo um conteúdo performativo e teleológico ao apontarem para uma experiência subjetiva e coletiva que é ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada como ideal a ser alcançado. É visível em muitos desses nomes a inspiração bíblica, mas nascida num contexto de efervescência emocional muito próprio das experiências da RCC. Tanto o aspecto laico como o carismático são as principais fontes de conflito com parte do clero e de desconfiança entre os leigos não ligados à espiritualidade carismática.

Uma terceira característica fundamental dessas comunidades, e que contribui muito para a desconfiança e críticas externas, é a chamada *consagração* de seus membros. Tradicionalmente na Igreja Católica a consagração diz respeito à vivência do celibato por meio do voto de castidade, à renúncia a bens materiais por meio do voto de pobreza e à obediência a alguma autoridade eclesiástica por meio do voto de obediência. Essa forma de consagração é predominante entre as ordens e congregações religiosas, mas também entre associações religiosas para certos fins de evangelização, como as Sociedades de Vida Apostólica e Institutos Seculares. No cristianismo antigo a consagração se referia exclusivamente ao celibato vivido pelas virgens e viúvas, e posteriormente, aos anacoretas.

As Novas Comunidades trazem um entendimento novo para consagração. A idéia original de consagração a Deus permanece, mas as formas e os modos de

consagração se alteram. Os consagrados são homens e mulheres solteiros ou *casados*, de diferentes idades, que podem viver essa consagração numa vida em comum em uma mesma casa ou em sua própria casa, podendo abandonar a sua antiga profissão ou não para se pôr disponível para a missão da Comunidade. A maioria dos membros das Comunidades são jovens, por isso, muitos deles só após um percurso de acompanhamento vocacional feito dentro da Comunidade definem se permanecerão solteiros ou se casarão, e no caso dos homens, se permanecerão leigos ou se tornarão clérigos. E a consagração pode ser expressa de diferentes formas: votos ou compromissos, alguns com valor meramente simbólico, outros com valor canônico feito sob uma autoridade eclesiástica, de modo geral o bispo diocesano, em alguns casos, o pároco local, em outros, o assistente espiritual. E as etapas de preparação à consagração variam muito em extensão, número e conteúdo, segundo a morfologia de cada Comunidade. Em geral, as Comunidades têm adotado o modelo das congregações religiosas (Aspirantado, Postulantado e Noviciado), mas orientações recentes da cúria vaticana advertem para não se assemelhar essa preparação para a consagração com aquela própria das congregações religiosas. Assim, ultimamente vem se trocando os termos “noviciado” por “discipulado”, e “votos” por “compromissos”<sup>78</sup>.

As Novas Comunidades são mais conhecidas como *comunidades de vida e aliança*, e isso está relacionado com o aspecto da consagração. Na comunidade de vida se encontram aquelas pessoas que se sentem chamadas a viver intensamente o carisma e a missão da Comunidade, levando uma vida em comum com outros membros, morando em casas da Comunidade e estando disponíveis para serem enviados a qualquer parte. Da comunidade de vida fazem parte solteiros e casados, e a grande maioria abdicou da vida profissional. A comunidade de vida é mantida por contribuições dos membros da comunidade de aliança, por doações de terceiros e por atividades realizadas por seus membros,

---

<sup>78</sup> De fato, minha pesquisa apontou para uma crescente identificação das Novas Comunidades com a tradicional vida religiosa consagrada da Igreja Católica. E parece ser esse o caminho que a própria hierarquia eclesiástica vem tomando para assimilar a novidade dessas comunidades ao conjunto da instituição católica, confirmando a histórica plasticidade da Igreja Católica em absorver movimentos internos de mudança do *status quo*. Da parte das Comunidades essa filiação à milenar vida religiosa consagrada se dá ao meu ver por dois motivos. Primeiro, por uma busca por reconhecimento e legitimidade diante da hierarquia eclesiástica, que mais facilmente acolheria um movimento que já pertenceria à história e tradição da vida religiosa consagrada e da própria Igreja. Em segundo lugar, Weber já havia chamado a atenção para o fato de que no catolicismo, o virtuoso religioso é o *monge*. Portanto, é natural que essas comunidades marcadas pela busca do virtuosismo religioso se identifiquem com traços do monaquismo.

como venda de livros, Cds, artigos religiosos, etc. A comunidade de vida se assemelha muito às tradicionais comunidades religiosas, mas a possibilidade de casais com filhos morarem juntos é o aspecto *suis generis* desse tipo de vida comunitária. Já a comunidade de aliança é formada por aquelas pessoas que tendo se sentido chamadas a viver o carisma da Comunidade, continuam a viver no mundo, com sua vida profissional e própria família. Apesar disso, estão disponíveis para servir à Comunidade.

É exatamente esse aspecto de vida comunitária, seja na comunidade de vida, seja na comunidade de aliança, que tem atraído a maioria das pessoas que procura as Comunidades. As pessoas sentem que o grupo de oração ou a paróquia não atendem a suas demandas por relações intersubjetivas mais íntimas e para um aprofundamento na fé; são lugares de superficialidade na vivência cristã. Elas estão buscando algo mais: uma experiência de fraternidade.

Como está escrito em um convite de uma Comunidade distribuído para quem queira conhecê-la:

Você vem alimentando dentro de si o sonho de participar de uma comunidade fraterna, onde irmãos e irmãs, entre casais, pessoas casadas, viúvas e jovens, vivem unidos na perseverança da Doutrina da Igreja, nas reuniões em comum, na Eucaristia e nas orações? Saiba que esse sonho pode se tornar realidade. Está em suas mãos decidir o que fazer de sua vida. [...] Se você tem sede de Deus e deseja que Ele realize grandes mudanças em sua vida, venha estar conosco e participe das missas que são celebradas em nossas Casas e dos nossos momentos especiais de partilha, de oração e de adoração ao Santíssimo Sacramento.

Perguntando a membros de uma outra Comunidade sobre a diferença entre a vida pastoral na paróquia e a vida na Comunidade, a dimensão do vínculo de fraternidade sobressai:

Uma das coisas que podem ser destacadas é a questão que a vida pastoral você exerce dentro da igreja, dentro da paróquia, por exemplo, eu fiz parte da coordenação do Crisma, a Pastoral do Crisma, o nosso trabalho era sempre ali, reuníamos a coordenação antes, decidíamos o que íamos fazer durante à tarde, levávamos o dia com os crismandos e quando acabava participávamos da missa e ao fim todos voltavam para suas casas. Então não existia um vínculo muito profundo... não uma relação de amizade muito profunda, uma partilha sobre a vida do outro. Existia sim, confraternização, vai ao aniversário de um, vai na festa, mas não existia esse contato tão próximo, tão íntimo que se tem dentro de uma vida comunitária. Porque dentro da comunidade, não só aqueles que vivem juntos na mesma casa – não falo da comunidade de vida – mas o contato da vida comunitária é mais próximo, é mais fraterno, as pessoas... a vida de cada um é

mais aberta ao acesso para o outro. Pelo menos na realidade que eu vi de paróquia foi essa a grande diferença. (Perséfone<sup>79</sup>, 22 anos, jovem de uma Comunidade de Irajá)

Na tradição sociológica, “comunidade” sempre esteve associada ao seu par opositor “sociedade” desde o clássico estudo de F. Tönnies, *Gemeinschaft und Gesellschaft*. “Comunidade” se referia ao lugar das relações pessoais, da relação face-à-face, das normas e valores tradicionais, da vizinhança e proximidade, o que equivale dizer que “comunidade” é sinônimo de “comuna” e sendo típico do meio rural. “Sociedade” referia-se ao mundo mais amplo, ao universo das relações impessoais, formais, ao anonimato dos indivíduos das grandes cidades e metrópoles do mundo moderno e urbano em permanente mudança.

No âmbito da religião, “comunidade” se refere a indivíduos que compartilham de um conjunto comum de crenças e práticas religiosas. A comunidade religiosa pode ser uma comunidade de vizinhança, como no caso das paróquias na Igreja Católica em que o território é tido como elemento de nucleação comunitária. Mas as comunidades que são formadas pelas Novas Comunidades se distanciam muito do modelo paroquial. Primeiro, há uma vida comunitária – partilha, troca, proximidade, intimidade, expressão da subjetividade – ao contrário da vida paroquial que segue um caminho de mais formalidade, mais preocupada com o serviço sacramental, com pouco espaço para o atendimento pessoal, e o pároco, na maior parte do tempo, atuando como um funcionário do sagrado, responsável pelo controle da “graça institucional”. A paróquia parece acentuar o anonimato e o individualismo da vida social moderna e um sentimento difuso de solidão.

Em segundo lugar, nas Comunidades há um líder, *o fundador*, o portador do carisma da Comunidade, enquanto nas paróquias há o pároco, o sacerdote encarregado dos sacramentos, da administração da graça institucional e do controle da vida paroquial. Weber já havia observado a diferença que há entre o profeta<sup>80</sup>, que constitui uma comunidade de seguidores reunidos em torno de sua pessoa e o pároco, responsável pela paróquia, uma mera divisão administrativa

<sup>79</sup> Todos os nomes de membros de Comunidades citados nesse trabalho são fictícios.

<sup>80</sup> O *profeta* é uma figura ideal-típica da sociologia da religião weberiana e um caso particular dos tipos de dominação – a carismática (Weber, 2004b). O profeta age motivado por causas irracionais, ele possui um dom, um mandato divino que o obriga a agir e que interpela o curso natural das práticas, crenças e instituições, enfim, a tradição. Em geral, ele se opõe à figura ideal-típica do sacerdote, responsável pelo controle dos bens de salvação e dos leigos.

eclesiástica (Weber, 2004a, 312-313). O fundador de uma Comunidade sente-se chamado – vocação divina – a reunir um grupo de pessoas para uma vida fraterna para o serviço da Igreja. Na história da Igreja Católica houve inúmeros fundadores que deram origem às ordens e congregações religiosas, mas o fato radicalmente novo nas Comunidades é o aspecto laico e pentecostal dessas novas fundações. Esse aspecto contrasta fortemente com o controle eclesiástico burocrático e tradicional das paróquias, o que explica as tensões entre as Comunidades e as paróquias em muitos casos.

Outro elemento importante da vida comunitária das Novas Comunidades é a *identidade* assumida pelo grupo. O sentimento de pertença é algo característico dos membros das Comunidades, e ele é expresso nos símbolos religiosos, por vezes ostensivamente visíveis como crucifixos, medalhas, pulseiras, camisas com estampas de imagens religiosas, e até mesmo no modo de vestir-se, com roupas mais austeras e comportadas. É uma nova identidade que se constitui após uma experiência de mudança de vida e adesão mais consciente e estreita ao catolicismo – entendido aqui como doutrina.

A matriz carismática das Novas Comunidades torna a vida comunitária expressiva e aconchegante, gerando uma sensação de segurança. A busca da fraternidade tem caracterizado os que se aproximam e se filiam a essas comunidades. Hervieu-Léger (1997) chama esse tipo de comunidade de “comunidade emocional”, uma forma de “comunalização religiosa nas quais a expressão individual e coletiva dos afetos é central e constitutiva do grupo”. E aqui no caso, a adesão ao grupo envolve uma experiência de conversão ou redescoberta do catolicismo pela via da experiência dos dons do Espírito Santo. E acrescenta a autora:

O testemunho que cada convertido dá ao grupo de sua própria experiência, e o reconhecimento que o grupo lhe traz de volta criam um laço muito forte entre a comunidade e o indivíduo. Este laço de adesão toma sua forma mais intensamente afetiva no caso – lembrado por Weber – de comunidades de discípulos reunidos em torno de uma personalidade carismática<sup>81</sup>.

As comunidades emocionais expressam ao mesmo tempo sua condição de serem um produto contraditório da modernidade ao trazerem dentro de si

---

<sup>81</sup> HERVIEU-LÉGER, 1997, p. 33.

elementos modernos e pós-modernos: a preocupação com o indivíduo e sua subjetividade, com a expressividade e uma resistência à racionalização das convicções religiosas compartilhadas. Essas características retratam bem o espírito das Novas Comunidades como um produto contraditório do encontro dialético entre o tradicional, o moderno e o pós-moderno no campo religioso brasileiro contemporâneo. Resta agora saber se o *ethos* das Novas Comunidades encontra afinidade com questões de cidadania e com demandas para a esfera pública política descrita nos capítulos anteriores.

#### **4.2. Rumo a uma cidadania “renovada”?**

Nesta seção procuro responder a seguinte questão: são as Novas Comunidades capazes de participar da sociedade civil e publicizar na esfera pública política alguma demanda de cidadania? A matriz carismática que possuem favorece uma abertura para a esfera pública política? Haveria possibilidade para a existência de uma “cidadania renovada”? Entendendo aqui por “cidadania renovada” uma *prática de cidadania* – isto é, *um conjunto de ações voltadas para a defesa ou afirmação de direitos de cidadania, com a conseqüente participação na esfera pública política como participante da sociedade civil – suscitada por uma visão religiosa de mundo calcada na espiritualidade da RCC*; daí o termo “renovado”. Para buscar responder a essa questão realizei um trabalho de campo cujo recorte empírico foi a região metropolitana do Rio de Janeiro<sup>82</sup>. Escolhi esse recorte por entender que a dinâmica socioespacial do município do Rio de Janeiro está muito imbricada com a dos outros municípios da região metropolitana se considerarmos os indicadores socioeconômicos e outros indicadores sociais. Igualmente, a escolha da unidade metropolitana para o recorte empírico favoreceu a comparação entre as diferentes circunscrições eclesiais católicas<sup>83</sup> – as dioceses – presentes na região

<sup>82</sup> A região metropolitana do Rio de Janeiro é formada pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Magaratiba, Marica, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

<sup>83</sup> As circunscrições eclesiais presentes na região metropolitana do Rio de Janeiro são: a arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, a arquidiocese de Niterói, a diocese de Duque de

metropolitana, o que foi de suma importância para a compreensão do fenômeno das Novas Comunidades.

Por meio do *Ministério Atos 2* estadual, tive acesso há uma lista de várias Novas Comunidades. Com o contado com essas comunidades no trabalho de campo, pude ter acesso a outras fora da lista. Um ponto importante em disputa nesse universo das Novas Comunidades é precisar quem pertence a ele. Os fundadores de Comunidades mais antigas e maiores tendem a desconfiar das comunidades menores e que estão restritas aos limites de uma paróquia, por acreditarem que elas são mais “comunidades de serviço” da RCC, principalmente quando a origem delas é um grupo jovem ligado a RCC. Segundo os fundadores, a diferença entre as “comunidades de serviço” e as Novas Comunidades está em que estas possuem um carisma fundacional (um dom específico para a vida da Igreja), um caminho de formação para seus membros e as pessoas que delas participam buscam uma intensa vida comunitária, enquanto aquelas não possuem um carisma fundacional, fundador e regras de vida, além de seu escopo estar apenas no serviço de evangelização na paróquia ou na diocese e as pessoas que nela participam não terem um vínculo tão estreito. O trabalho de campo confirmou essa distinção quando entrei em contato com algumas comunidades e percebi que elas possuíam um alcance muito limitado, apesar de estarem discernindo se viriam a se tornar uma “comunidade de aliança”. Por isso, utilizei como meu critério para a escolha das Comunidades a serem pesquisadas o fato de possuírem um fundador, um carisma fundacional, um itinerário de formação e vida comunitária<sup>84</sup>.

O universo de Comunidades restritas à região metropolitana computou um total de 45 Comunidades<sup>85</sup> (30 na cidade do Rio e 15 no seu entorno), número que diz respeito apenas às Comunidades nascidas nessa região. Fiz a opção de estudar

---

Caxias, a diocese de Nova Iguaçu, a diocese de Itaguaí e a diocese de Petrópolis. Somente a arquidiocese do Rio e as dioceses de Nova Iguaçu e Duque de Caxias possuem seus territórios inteiramente dentro da região metropolitana.

<sup>84</sup> Esse processo de definição das Comunidades a serem pesquisadas foi muito importante para minha pesquisa, pois revelou as expectativas que os fundadores tinham em relação ao meu trabalho. Havia da parte deles um vivo interesse que o pesquisador/autoridade eclesiástica (“padre”) falasse bem das Novas Comunidades. O reconhecimento e a legitimidade que a pesquisa poderia trazer para essas Comunidades sempre esteve no horizonte de apreciação dos principais informantes, e passou a estar no meu como forma de vigilância epistemológica das informações recebidas e de indícios dos conflitos que ocorrem entre as Comunidades com as autoridades eclesiásticas e os agentes pastorais.

<sup>85</sup> Sendo a grande maioria somente de comunidades de aliança.

as Comunidades autóctones por me interessar em conhecer de perto o processo de fundação e organização da comunidade, portanto o acesso ao fundador seria algo muito importante.

Na primeira fase da pesquisa utilizei o contato telefônico para obter alguns dados básicos: tempo de existência, número de membros, localização, missão e carisma, e o estado atual da comunidade. Essa primeira fase mostrou que algumas Comunidades haviam deixado de existir e outras passavam por problemas financeiros. A crise financeira se caracterizava pela perda do local de reuniões – a sede – por causa da impossibilidade da Comunidade pagar o aluguel. Tanto as que haviam terminado como as que passavam dificuldades eram comunidades pequenas, com poucos membros.

Fazendo o cruzamento da variável “Comunidade” com a variável “território” cheguei a alguns dados interessantes. Encontrei uma alta concentração de Novas Comunidades na Zona Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro e nenhuma na Zona Sul, na grande Tijuca<sup>86</sup>, na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá<sup>87</sup>. Qual seria a explicação para essa distribuição territorial? Igualmente a Baixada Fluminense apresentou um percentual muito baixo de Novas Comunidades se comparado com Rio, Niterói e São Gonçalo<sup>88</sup>. Qual seria a explicação para esse fenômeno?<sup>89</sup>

Essas perguntas me orientaram na segunda fase do trabalho de campo que consistiu em observação participante e entrevistas com os membros de Comunidades do Rio, Niterói, São Gonçalo e Baixada. E numa terceira fase aprofundi as entrevistas com perguntas surgidas no próprio trabalho de campo e selecionei para aplicá-las em três Comunidades do Rio e uma de Niterói,

---

<sup>86</sup> A grande Tijuca (Tijuca, Maracanã, Grajaú, Vila Isabel e Andaraí) e Barra da Tijuca (e Recreio dos Bandeirantes) fazem parte respectivamente da Zona Norte e Zona Oeste do Rio, mas o perfil socioeconômico desses bairros se assemelha aos bairros da Zona Sul, por isso, na pesquisa quando me refiro a Zona Norte e a Zona Oeste, excluo esses bairros.

<sup>87</sup> A distribuição das Comunidades no Rio e Baixada pode ser seguido pela sua proximidade ao traçado da Avenida Brasil: desde o Caju à Santa Cruz.

<sup>88</sup> Não foram encontradas Comunidades na diocese de Itaguaí e na diocese de Petrópolis, apenas uma em Guapimirim.

<sup>89</sup> As pouquíssimas “comunidades” que encontrei na Zona Sul e Grande Tijuca, apesar de seus membros dizerem que estavam em processo de discernimento para se tornarem uma “Nova Comunidade”, não se encaixavam na definição operacional que utilizei na pesquisa. Essas comunidades estavam dentro do perfil de “comunidade de serviço” da RCC: funcionamento paroquial, ausência de um carisma fundacional, ausência de vínculos comunitários entre os membros e participantes, ausência de um itinerário de formação para os membros, etc, por isso optei por não utilizá-las porque desejava trabalhar com comunidades mais estruturadas.

Fiz o cruzamento de dados socioeconômicos e de filiação religiosa<sup>90</sup> para a região metropolitana com a distribuição territorial das Comunidades. O cruzamento me revelou que o perfil do católico da Zona Norte e Oeste carioca seria de classe média mediana à baixa, em contraste com o católico da Zona Sul carioca e niteroiense que são das classes médias alta e alta. O trabalho de campo confirmou-me esses dados. A composição social dos membros das Novas Comunidades é em geral de professores do ensino fundamental e médio, profissionais de nível técnico, estudantes universitários, etc<sup>91</sup>. Uma composição social que se repetia de modo geral nas diversas cidades da região metropolitana, com alguma ou outra exceção.

Cruzando mais uma vez os dados das Comunidades com indicadores sociais, percebi que a área de maior concentração de Comunidades era uma área suburbana do Rio, de ocupação e urbanização antiga em comparação com a Baixada Fluminense, São Gonçalo e Itaboraí que continuam recebendo fluxos de imigração e são lugares onde o percentual de evangélicos pentecostais e “sem religião” é muito alto. Cheguei à conclusão de que as Novas Comunidades estão nascendo com maior facilidade nesses subúrbios da Central, Leopoldina e arredores porque aí se localiza uma extensa faixa de classe média católica tradicional que se vê ameaçada pelo avanço pentecostal e pelo declínio econômico da região metropolitana. O declínio dos subúrbios cariocas aponta para uma situação de crise social, econômica e cultural. Essa crise também poderia se fazer sentir em outros bolsões católicos de classe média baixa, como podem ser os arredores de São Gonçalo e a Zona Oeste carioca, e que coloca para esses setores o problema de sua identidade social.

O papel que a RCC e as Novas Comunidades vem exercendo nesse universo católico tradicional é, ao que me parece, o de reativar uma identidade católica face às grandes mudanças no campo religioso e às mudanças socioeconômicas e culturais em curso no país. O caso da região metropolitana do Rio de Janeiro parece apontar para isso. Uma identidade católica renovada que atinge uma fração da classe média que está em maior contato com os segmentos

---

<sup>90</sup> Vali-me para esse trabalho da pormenorizada pesquisa de César Romero e equipe (Jacob, 2006).

<sup>91</sup> Em uma Comunidade de Niterói constatei que o grupo fundador pertencia à classe média alta, a sede está localizada na região oceânica, mas pude constatar que os membros mais recentes da comunidade são originários de bairros interioranos e de São Gonçalo, num perfil próximo do subúrbio carioca. O que confirma ser a composição social das Novas Comunidades na região metropolitana do Rio de um segmento da classe média de modo geral.

populares pentecostais e que vive uma situação econômica difícil em função do fraco desempenho econômico da região metropolitana do Rio nas últimas décadas. Curiosamente, foi no último decênio do século passado que grande parte das Comunidades existentes no país surgiram, o que reforça a hipótese de imbricação entre mudanças no campo religioso e mudanças socioeconômicas como uma das explicações para o *boom* das Novas Comunidades. Não se pode esquecer que nos anos 90 a RCC entrou fortemente nos meios eletrônicos de comunicação de massa divulgando seu modo de viver o catolicismo, e que a Comunidade Canção Nova projetou-se na mídia católica com sua emissora de TV captando uma forte atenção do mundo católico pentecostal. No trabalho de campo a Comunidade Canção Nova foi sempre citada como um paradigma de Nova Comunidade, o que atesta seu poder de influência no universo do catolicismo pentecostal.

No entanto, um fator de suma importância para a compreensão do fenômeno das Novas Comunidades surgiu no decorrer das entrevistas: a relação entre as circunscrições eclesiais e a RCC. Tornou-se claro que a relação entre a RCC e a estrutura e hierarquia eclesial de cada diocese joga um papel fundamental para o desenvolvimento das Novas Comunidades. O modo como se dá o processo de surgimento, consolidação e legitimação da RCC face ao bispo, párocos e estrutura pastoral da diocese influenciará no aparecimento das Novas Comunidades e no seu formato. Foi no contraste entre a diocese de Nova Iguaçu e a arquidiocese do Rio de Janeiro que pude perceber esse fator.

As dioceses de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são notoriamente conhecidas no meio eclesial por terem feito uma opção pelo meio popular e pelas CEBs, e de terem estado muito afinadas com a Teologia da Libertação. Ora, é exatamente no território dessas dioceses que encontrei o menor número de Novas Comunidades, um percentual baixíssimo se comparado à arquidiocese do Rio. Em entrevista com um fundador de uma dessas Comunidades, ele me contou que havia sido uma liderança da RCC nos seus inícios na diocese, e que havia encontrado forte resistência por parte do clero porque a linha pastoral prioritária da diocese eram as CEBs. Contou-me, então, que a RCC só conseguiu crescer e desenvolver-se nas paróquias de uma cidade da diocese onde justamente não havia CEBs e os párocos eram mais “abertos”.

A RCC posteriormente se expandiu, mas sem ter grande expressão na

diocese, sendo obrigada a acompanhar a vida pastoral da diocese, e a cidade de origem continuou sendo seu principal reduto. O mesmo se deu com a Comunidade. Ela nasceu nessa mesma cidade da Baixada Fluminense e logo precisou se inserir na vida pastoral da paróquia e da diocese.

Outro fundador de Comunidade na mesma diocese da Baixada Fluminense narrou experiência similar: também foi uma liderança importante da RCC na diocese, e fundou a Comunidade num recanto da diocese, no seu local de moradia, na divisa com o município do Rio, muito próximo à Zona Oeste. Também a Comunidade se viu direcionada a participar desde os seus inícios da vida pastoral paroquial e diocesana. Os dois fundadores narraram que desde o início da fundação foram acompanhados pelo bispo pessoalmente, e que o novo bispo designou um sacerdote para acompanhá-los e a outra Comunidade que existia em outro lugar remoto da diocese. Ambos os fundadores narraram como as suas respectivas Comunidades estavam inseridas na vida pastoral diocesana dando um testemunho de comunhão com o bispo e as paróquias locais.

O controle eclesiástico sobre as Comunidades é algo estabelecido nas principais dioceses da região metropolitana. Tanto na arquidiocese do Rio, quanto na de Niterói esse controle é feito por um bispo e por uma comissão coordenada por um padre, respectivamente. Mas o que difere da situação narrada acima, é de que nessas arquidioceses o controle é mais um acompanhamento, enquanto que no caso citado da diocese da Baixada houve um direcionamento para a inserção na vida pastoral da diocese. Ou seja, aqui a autonomia foi mais limitada em vista a uma comunhão com a linha pastoral da diocese, enquanto no Rio e em Niterói a preocupação parece ser mais com os aspectos doutrinários e a obediência à hierarquia.

Na minha análise, essas situações diferenciadas das Comunidades poderão ter impacto na possibilidade de essas Comunidades poderem vir a se tornar agentes da sociedade civil. As arquidioceses do Rio e Niterói têm uma concepção de Igreja e um arranjo institucional tradicionalista e conservador, ao contrário das dioceses de Nova Iguaçu e Duque de Caxias mais próximas de um modelo de Igreja “Povo de Deus” e sensíveis às lutas populares. Com isto quero dizer que há mais chances da linha pastoral das dioceses da Baixada propiciar uma sensibilidade nas Comunidades daquela região para questões de cidadania, do que

as arquidioceses do Rio e Niterói<sup>92</sup>.

Um indício do que estou falando. Um fundador de uma das Comunidades da Baixada me contou que por causa de sua inserção nas lutas pelo melhoramento do bairro onde mora e onde se localiza a Comunidade – visivelmente um bairro abandonado pelo poder público e apresentando características de segregação socioespacial – é muito conhecido e estimado pela população da região e pelos párocos locais. Contudo, uma terceira Comunidade na diocese, localizada em uma área remota, se distanciou da caminhada em conjunto com a diocese sem muitas explicações. Como pude averiguar ela é uma Comunidade com muitos membros e possui uma estrutura organizativa maior que as outras duas. Além disso, possui um forte viés místico e de virtuosidade religiosa. Esses são os fatores importantes a meu ver que determinaram o rumo próprio dessa Comunidade. Restaria empreender um estudo ao longo do tempo para verificar minha hipótese em relação às outras duas Comunidades e verificar as tensões internas que se produzem nessa relação.

Um fator que me parece, este sim, ainda mais importante para considerar a possibilidade das Novas Comunidades se sensibilizarem por questões de cidadania e pela esfera pública política é a sua *visão religiosa de mundo*. Quanto mais uma Comunidade está impregnada de uma postura de “fuga do mundo”<sup>93</sup>, buscando a vivência da mística e a conseqüente valorização do êxtase religioso e

<sup>92</sup> Pedro de Oliveira (2007, 22-24) ao comparar as CEBs e a RCC faz a distinção entre duas estruturas de Igreja: a *pastoral*, nascida com o Concílio Vaticano II, com estruturas igualitárias de participação, e autonomia entre os organismos eclesiais participantes, dentre os quais estariam as CEBs, as Pastorais Sociais, as Conferências Episcopais, etc; e a *canônica*, onde a participação é hierarquizada e sob o controle da autoridade eclesiástica, e onde a RCC estaria atuando. No caso das Novas Comunidades, a preocupação é de justamente se inserir nessa estrutura canônica, reconhecendo a autoridade eclesiástica e aderindo integralmente a doutrina católica oficial. O reconhecimento pontifício ou diocesano faz parte dessa estratégia de inserção. Entretanto, o caso das Comunidades da Baixada mostra claramente essa presença dos dois tipos de estruturas eclesiais. As Comunidades estavam interessadas em seguir as orientações da autoridade eclesiástica local – o bispo e seus delegados – mas a linha da diocese justamente priorizava a “Igreja Pastoral” e não tanto a estrutura canônica, por isso as Comunidades que aceitaram caminhar com o bispo tornaram-se mais próximas de uma sensibilidade social com o seu entorno e menos direcionadas a uma “fuga do mundo”.

<sup>93</sup> Weber ao estudar as religiões de salvação fez uma distinção ideal-típica entre *misticismo* e *ascetismo*. As religiões de salvação se opõem ao mundo e oferecem duas vias de salvação: a via mística, orientada para a contemplação, e por conseguinte para uma “fuga do mundo”, onde o indivíduo se experimenta com um “recipiente do divino”; e, a via ascética, orientada para a ação, mas de “rejeição do mundo”, onde o indivíduo se experimenta como um “instrumento de Deus”. O ascetismo pode ser de orientação extramundana como intramundana, como foram o monaquismo ocidental e o protestantismo ascético respectivamente. Apesar da “fuga do mundo” típica do misticismo, no Ocidente o misticismo se viu orientado para algum tipo de ação intramundana por causa da visão religiosa de mundo judaico-cristã (Weber, 2004a, .365-373).

de “práticas encantadas” com a falta de racionalização das práticas religiosas, poucas chances ela terá de se interessar por questões de cidadania e pela esfera pública política.

Reginaldo Prandi (1996) já havia chamado a atenção para o distanciamento da política próprio da religiosidade mágica que vinha crescendo com a expansão do pentecostalismo, da RCC e das religiões afro-brasileiras. Diante da crise da sociedade, incapaz de atender às necessidades materiais e simbólicas básicas de amplos segmentos da população, temos o sucesso da religião mágica que promete prosperidade, cura, conforto espiritual e psicológico. Esse quadro evoca, mais uma vez, as análises de Giddens sobre o “mundo em descontrole”, sobre uma angustiante “insegurança ontológica”. Na verdade, o quadro no Brasil envolve um estado permanente de insegurança econômica e crise social, graças ao fim do Estado Nacional-desenvolvimentista (Reis, 1998, 2002) e ao caótico processo de urbanização que cria contextos favoráveis ao crescimento da religiosidade mágica e, em particular, propícias a um catolicismo pentecostal e desfavoráveis a um tipo de catolicismo mais modernizado, desmágicizado, de religiosidade de forte cunho ético, direcionado ao agir intramundano, como por exemplo, o das CEBs.

No catolicismo pentecostal é evidente a manifestação de fenômenos extraordinários como curas, milagres, glossolalia, visões e revelações, ou seja, de aspectos mágicos, o que propicia a “fuga do mundo” típica do caminho da mística. Poderiam as Novas Comunidades a partir da sua matriz carismática desenvolver uma “cidadania renovada” ou ela seria um entrave para a participação na esfera pública política?

Nas observações das atividades das Comunidades e nas entrevistas notei a ausência de uma referencia mais explícita a um projeto de cidadania ou uma preocupação com a esfera pública política, mesmo quando a Comunidade se coloca como chamada por Deus a participar de um projeto de restauração da Humanidade. O foco está “no resgate de pequenos valores, o valor da família, da honestidade, da retidão”, como bem disse um membro de uma Comunidade do subúrbio carioca:

O próprio do mundo é a disputa, temos que disputar um com o outro o tempo todo pra ver quem é o melhor: “eu quero ser melhor do que você”, “eu quero

cantar melhor mais do que você”, “eu quero chamar mais atenção do que você”. É essa retidão, esses valores que vieram quebrar no homem essa estrutura que leva à sociedade a um colapso... Nosso fundador fala uma frase: “não é mudar o mundo todo, mas é mudar todo o mundo, o mundo inteiro daquela pessoa com quem nós convivemos”. Essa experiência de trazer valores, de resgatar valores que estavam perdidos na nossa sociedade, traz à sociedade uma contribuição sem tamanho, que resgata aquilo que não passa, valores que não passam, valores que marcam. Se uma pessoa é honesta, mesmo depois de falecer, morrer, ela continua sendo reconhecida por isso: “aquela pessoa tão honesta...”. (Hércules, jovem de uma Comunidade de Irajá)

O que mais me chamou a atenção é que encontrei algumas Comunidades na Zona Oeste do Rio e na Baixada Fluminense que têm como missão o trabalho educacional numa perspectiva confessional católica, tendo inclusive, aberto escolas para o ensino fundamental. E o público atendido é em sua maioria de segmentos empobrecidos, enfim membros das classes subalternas. Em uma delas há toda uma preocupação em evangelizar por meio da atividade escolar, orientada para práticas que remontam ao catolicismo tradicional pré-conciliar (oração antes do início das aulas e das refeições, visita à capela para rezar diante do santíssimo sacramento, etc), mas reavivados pela experiência carismática, por esse viés místico. Não é apenas o conteúdo programático de cada disciplina por si só, mas a transmissão de um *ethos* de solidariedade (“Fazer ao outro o que gostaria que fizessem com você”), de convívio social, de respeito ao semelhante e de partilha com quem tem menos recursos. Um ensino confessional católico que tem atraído um contingente significativo de alunos de igrejas evangélicas, exatamente porque os pais se sentem atraídos pelo caráter religioso do ensino.

O mais interessante é que há uma consciência da situação de pobreza dos alunos atendidos, mas a resposta em termos de cidadania ainda evoca uma leitura da realidade nos moldes do tradicional espírito caritativo católico. Instada a falar sobre como poderia o trabalho educacional realizado pela Comunidade com os alunos contribuir para a cidadania, a entrevistada falou do respeito ao semelhante, da partilha entre os alunos, de quem tem material escolar partilhar com o colega que não tem, e citou o caso de dois alunos da mesma sala, cujo os pais eram respectivamente um traficante e um policial, como exemplo de boa convivência e superação do conflito. E acrescentou:

Cidadania é a partir também da oração, porque você vai sendo um cidadão melhor se estiver nos braços de Deus. Aí você vai ser um cidadão melhor e vai

precisar pouco de algum ensinamento, porque no próprio momento lá Deus vai mostrar o que fazer (Cassandra, membro de uma Comunidade da Zona Oeste).

É interessante notar como a dimensão do conflito social ou a divergência entre os indivíduos é sempre um problema e até um “mal” ou “pecado”. O bom convívio seria a ausência de interesses conflitantes, um estado de harmonia constante entre os indivíduos. Essa visão é tipicamente católica e evoca a submissão da parte ao todo, do indivíduo à coletividade. E é uma visão das relações sociais diametralmente oposta à visão liberal clássica que afirma o indivíduo como portador de interesses e direitos que devem ser garantidos e respeitados.

Em outra Comunidade, é citada a ação social realizada, um trabalho de evangelização com os “miseráveis” em que se percebe claramente o aspecto de “ação civilizatória” sobre os assistidos como sinônimo de formação de cidadania, mas que subjacente à ação viceja uma mentalidade de ação caritativa.

A nossa ação social tem um grande fundo de evangelização, de formação pra levar essas pessoas excluídas, não é só dar o alimento, dar a roupa, dar o remédio, isso qualquer um faz, o Rotary faz muito bem (faz melhor que a gente!), mas é levar a experiência de Deus para essas pessoas, a gente vê que as pessoas mudam na própria aparência, a gente vê que a pessoa está digna, não é estar bem vestida não, mas a gente está... porque a coordenadora da nossa ação social costuma dizer que aqui a gente não cuida de pobre, mas tem que tirar do miserável, que a gente pega os mais miseráveis, pois o pobre já está bem... A gente vê que eles se transformam, porque a evangelização, a oração, há todo um processo de levar aquela pessoa a se sentir um filho de Deus. E a pessoa muda. Então você vê mulheres que vinham todas desprezadas, todas rasgadas, de shortinho curto, com aquele palavreado, hoje são pessoas decentes, já falam direitinho... (Penélope, co-fundadora de uma Comunidade de Niterói).

Ainda foi acrescentado que ação social prestada aos assistidos consiste em reuniões semanais com evangelização e formação cristã (missas, adoração ao santíssimo sacramento, pregação e ensino da doutrina católica, regularização de matrimônios perante a Igreja Católica, etc), orientações sobre higiene pessoal, aulas de alfabetização, distribuição de remédios e de cesta básica mensal. Foi destacado pelo fundador, como um sinal de sucesso dessa ação, o fato de uma assistida ter se tornado membro da Comunidade.

Isso leva ao contraponto entre a caridade e o contrato social. Se a Constituição de 1988 é o marco legal e institucional do processo de

redemocratização, expressão do contrato social da sociedade, a noção de cidadania presente em nossa Carta Magna não encontra ecos na ação social das Comunidades. Os direitos e as garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros assegurados na Constituição são um horizonte desconhecido para a ação social dessas Comunidades. Os assistidos pela ação social desenvolvida pelas Comunidades, sejam eles alunos carentes, favelados, indigentes, presidiários ou outros em situação de vulnerabilidade social são *objetos de caridade* e não *sujeitos de direitos*. Eles são vistos como “filhos de Deus”, gente necessitada, mas não como cidadãos portadores de direitos que devem ser defendidos ou afirmados. Implicitamente parece que há uma divisão entre a “Cidade de Deus” e a “Cidade dos Homens”, entre o espiritual e o temporal, sendo que o assistido é visto como alguém que precisa de bens espirituais prioritariamente, isto é, de “cidadania celeste”. Mas onde fica a sua “cidadania terrestre”? Ele também não faz parte da sociedade?

Foi o que percebi no trabalho de campo ao notar a ausência de referências a questões relativas à cidadania na programação das atividades, nos conteúdos de cursos, palestras e folhetos explicativos. O foco está totalmente na dimensão religiosa, no anunciar o “Senhor Jesus”, e especialmente no conhecimento da doutrina católica oficial e na sua observância.

Interessante também é o fato que a preocupação doutrinal das Comunidades pesquisadas não explicitar o Ensino Social da Igreja Católica, ficando focada mais nos aspectos da moralidade sexual, dos sacramentos e das orientações da hierarquia eclesial. Não há menção explícita à Doutrina Social da Igreja Católica, que justamente esteve no foco do pontificado do Papa João Paulo II, e passou por um intenso desenvolvimento nas duas últimas décadas do século passado. O alvo da ação é o indivíduo e as normas que deve seguir para continuar estritamente católico e se ver livre do pecado. A preocupação está em encontrar mérito diante de Deus e continuar digno de recebê-lo seja na oração, seja na comunhão eucarística. Nesses aspectos, as Novas Comunidades estão repetindo as práticas religiosas da RCC, com o diferencial da vida comunitária e do ideal da fraternidade. Mas uma fraternidade muito restrita aos limites da comunidade. Como me observou um fundador, há membros que vivem a fraternidade dentro da Comunidade, mas não nos seus ambientes profissionais.

Sua observação me chamou a atenção para o fato de que o ideal da vida

fraterna das Comunidades, que poderia ser um elemento de crítica à sociedade com uma conseqüente ação intramundana para a construção de relações mais fraternas e justas entre as pessoas, parece ao contrário, levar para um fechamento. Nesse caso a vida comunitária é um refúgio, um oásis frente à “insegurança ontológica” e ao “carro de Jagrená”. O mundo da vida nessas Comunidades estaria fechado sobre si mesmo, sem comunicação com a sociedade envolvente, sem demandas para a esfera pública, desinteressado de juntar-se ao conjunto da sociedade civil. Nesse ponto, as Comunidades poderiam estar próximas de certos tipos de seita<sup>94</sup> que apresentam traços de auto-segregação e de desinteresse pela política (Wilson, 1970)<sup>95</sup>.

Se as Novas Comunidades são uma forma de “comunidade emocional”, é provável que quanto mais intensa seja a fraternidade emocional entre os membros, menos disponível esteja para uma racionalização ética da vida e, por conseguinte, para agir na esfera pública política altamente racionalizada. O suporte emocional e simbólico oferecido pela Comunidade daria aos seus membros um forte sentimento de pertença e um crescente desinteresse por tudo aquilo que fosse potencialmente experimentado como ameaça a essa pertença e à identidade que ela gera. A participação em esferas sociais mais racionalizadas como a esfera pública política levaria o membro de uma Comunidade a ter que se defrontar com universos que operam com lógicas altamente racionalizadas, ou seja, desencantadas, com práticas e indivíduos muito diferentes do seu contexto comunitário, o que constantemente colocaria em questão sua própria prática e

---

<sup>94</sup> Ernst Troeltsch em seu amplo estudo sobre o cristianismo caracterizou de modo ideal-típico a seita como sendo “a voluntary society, composed of strict and definite Christian believers bound to each other by the fact that all have experienced ‘the new birth’. These ‘believers’ live apart from the world, are limited to small groups, emphasize the law instead of grace, and in varying degrees within their own circle set up the Christian order, based on love; all this is done in preparation for and expectation of the coming Kingdom of God” (Troeltsch, 1992, 993). Os membros das seitas se vêem como eleitos que escolheram a sua fé ao contrário dos que pertencem a Igreja por nascimento. A questão da escolha como adesão pessoal é muito importante. Sociologicamente as Novas Comunidades apresentam grande semelhança com o tipo seita. Não por acaso um membro de uma Comunidade me disse numa visita que “as Novas Comunidades são uma resposta do Espírito Santo na Igreja Católica ao fenômeno das seitas evangélicas que se multiplicam pelas esquinas”.

<sup>95</sup> Weber observou em sua sociologia das religiões: “En effet, la recherche du salut (*Heil*) proprement mystique ou pneumatique des virtuoses religieux – une recherche qui est appuyée sur un charisme religieux – a, conformément à la nature des choses, toujours été apolitique ou antipolitique. Elle n’a fait aucune difficulté, il est vrai, pour reconnaître l’autonomie des ordres terrestres, mais c’était seulement pour conclure logiquement à leur caractère radicalement diabolique ou, à tout le moins, pour prendre à leur égard le point de vue d’indifférence absolue qu’exprime la formule ‘Rendez à César ce qui est à César’ (car en quoi cela concerne-t-il le salut?)” (Weber, 1996, 429).

crenças religiosas. Um exemplo do que estou falando surgiu nas entrevistas quando os entrevistados mencionaram em várias ocasiões a dificuldade de viver sua fé renovada nos ambientes de trabalho e no meio universitário. Não por acaso, ambientes muito racionalizados e pluralistas. Portanto, não é de se estranhar se algumas Comunidades mais extremadas na vivência da virtude religiosa apresentarem um espírito sectário e de fechamento à esfera pública.

A conclusão que chego é de que tanto a matriz carismática quanto o ideal de fraternidade das Novas Comunidades tendem a criar dificuldades para um despertar cidadão: um interesse em participar da esfera pública política somando-se à sociedade civil. A matriz carismática abre uma via mística – ser “receptáculo do divino” – que inibe a orientação de ação intramundana, pois o viver da efusão do Espírito Santo é o suficiente para a salvação<sup>96</sup>. Qualquer ação externa à Comunidade se conduz exclusivamente orientada para a Igreja Católica, como parte de um mandato divino. Não há nenhuma ação externa orientada para o aperfeiçoamento da sociedade, para um projeto de reforma da sociedade que passe pela ação na esfera pública política. Mesmo as ações sociais, graças ao seu caráter caritativo tradicionalmente católico, esgotam-se em si mesmas, numa perspectiva de assistencialismo: não são pensadas como defesa dos direitos de cidadania dos assistidos, nem como práticas de inclusão e empoderamento dos mesmos.

Já o ideal de fraternidade e o modo como se organizam as Comunidades para atendê-lo, também tende a dificultar formas de cooperação e associação com outros que não compartilhem da mesma identidade e valores. Na medida em que o foco é a própria Comunidade e o que ela pode gerar de sentimentos de segurança, pertencimento, identidade social clara e visível face à pluralidade de identidades religiosas, tanto a figura do “outro” – entendido como grupo diferente e externo à esfera religiosa, como a própria esfera pública política não despertarão interesse algum. Se a vida comunitária é sentida por seus membros como um refúgio ao estado de anomia social – que na região metropolitana do Rio de Janeiro se traduz na sua crescente pauperização, no descenso social e econômico de seus segmentos médios e na alta concentração de renda da classe

---

<sup>96</sup> Weber vê a possibilidade de uma postura mística se tornar atuante no mundo quando o fiel deixa a atitude de possuir a Deus para ser possuído por Deus e passa a agir em vistas das esperanças escatológicas da aparição da era da fraternidade cósmica, como é o caso dos movimentos milenaristas (Weber, 1996, 433-434).

superior (Lago, 2000) – causado pela crise econômica dos anos 80 e principalmente pelas políticas econômicas neoliberais dos anos 90<sup>97</sup>, então a vida comunitária passa a ser um local que pode assegurar uma rede de proteção social privada, de apoio mútuo que dispensa a ação estatal e a necessidade de associação e cooperação com outros na esfera pública como forma de garantir a reprodução social do indivíduo, sobretudo, a simbólica.

Uma tal situação evoca o “familismo amoral” de Banfield que Reis (1998) recupera para entender a situação atual da América Latina. Com a falência do projeto nacional-desenvolvimentista, uma sociedade como a brasileira marcadamente hierárquica e integrada a partir de uma visão holista e organicista de seu funcionamento, com uma identidade coletiva construída sobre uma idéia de nação que prometia a integração de todos num futuro promissor, entrou em crise: nem as elites sociais assumem um presumido papel de responsabilidade pelo desenvolvimento social, nem as classes subalternas acreditam que tomarão parte da distribuição da riqueza. E num contexto de grande desigualdade e pobreza, a falta desse cimento ideológico a amalgamar os diversos interesses, conduz ao definhamento da solidariedade social, com os diversos segmentos e grupos se fechando na esfera privada e debilitando a esfera pública. A elite se encastela em seus condomínios e ruas particulares enquanto as classes subalternas buscam a duras penas encontrar meios de sobrevivência face aos ditames do mercado.

Em um nível mais macro, Bauman (2007a, 2007b) aponta para uma situação similar ao tratar dos efeitos da globalização. Enquanto a elite globalizada é capaz de um comportamento de extraterritorialidade, conectando-se com espaços nacionais e internacionais e desconectando-se com o local, o refugio da globalização, ou seja, aqueles que estão à margem da globalização são relegados a espaços desconectados e abandonados da cidade. E Bauman ainda acrescenta:

O mundo em que vive a outra camada de moradores da cidade, a camada “inferior”, é o exato oposto da primeira. Em agudo contraste com o estrato superior, caracteriza-se por ter sido cortado da rede mundial de comunicação à qual as pessoas da “camada superior” estão conectadas e à qual estão sintonizadas suas vidas. Os cidadãos urbanos da camada inferior são “condenados a permanecerem locais” – e portanto se pode e deve esperar que suas atenções e preocupações, juntamente com seus descontentamentos, sonhos e

---

<sup>97</sup> Para um estudo recente sobre a crise de reprodução da classe média brasileira no final do século passado, em decorrência da crise econômica dos anos 80 e das políticas econômicas neoliberais dos anos 90, Cf. GUERRA, 2006.

esperanças, se concentrem nos “assuntos locais”. Para eles, é *dentro* da cidade que habitam que a batalha pela sobrevivência, e por um lugar decente no mundo, é lançada, travada e por vezes vencida, mas na maioria das vezes perdida<sup>98</sup>.

As conseqüências são evidentes. O espaço público da cidade, como local de convivência dos diferentes grupos sociais, e a esfera pública política como lócus da publicização de demandas do mundo da vida, se enfraquecem, e com eles, a solidariedade social.

E o que dizer sobre a camada média da sociedade? No caso brasileiro, depois do fim do milagre econômico proporcionado pelo Estado nacional-desenvolvimentista, o estrato médio sofreu muitos reveses econômicos e se refugia como pode da insegurança das cidades e do descenso social. No mundo globalizado ela procura alcançar as benesses da extraterritorialidade em meio ao pavor de ter de viver no local. Um dos possíveis lugares de refúgio desse mundo global em descontrole talvez seja a comunidade e a vida fraterna com seus apoios mútuos (Bauman, 2003). E a matriz carismática associada a essa vida fraterna concede ao indivíduo a sensação de empoderamento e segurança, pois o experimentar-se como “receptáculo do divino”, isto é, a experiência da efusão do Espírito Santo vivida em comum, conecta-o a uma realidade sobrenatural onde os poderes divinos são maiores do que as forças mundanas que governam a sociedade. E assim pode encontrar alívio para suas ansiedades, solução para seus problemas e alento para enfrentar as ameaças desse mundo em descontrole. Identidade e sentimento de pertencimento a um grupo são elementos importantes para se viver no local em permanente ameaça de desconexão do global<sup>99</sup>.

Em todo caso, o *ethos* das Novas Comunidades, como fruto do reavivamento católico contemporâneo, ao ser composto por elementos católicos tradicionais revitalizados e pentecostalizados dá sinais de pouco interesse por

<sup>98</sup> BAUMAN, 2007b, p. 81.

<sup>99</sup> Prandi faz a seguinte afirmação em relação a RCC e a classe média que me parece complementar à minha análise: “O discurso carismático veio recuperar um público de classe média que estava perdido num tiroteio de opções religiosas. Mesmo tendo desde o candomblé até a Igreja Universal do Reino de Deus como opções religiosas, esse segmento católico não conseguia integrar-se. De um lado via uma Igreja Católica popular muito ligada às aspirações políticas da esquerda e com um discurso racionalizado e secularizado. De outro lado, o pentecostal, encontrava discursos mais macios aos ouvidos, mas muito distantes da tradição católica. Foi esse segmento católico, avesso à Teologia da Libertação e pouco à vontade com as ofertas pentecostais, que se mostrou simpático ao discurso carismático. Essa filiação a um movimento de reavivamento espiritual deveu-se à proposta de vivência de um catolicismo ‘mais perto da magia e mais longe da política’” (Prandi, 1998, 160).

questões de cidadania e pela esfera pública política. Talvez uma forte institucionalização nas Comunidades maiores e mais estruturadas conduza a uma abertura para a esfera pública política e para a sociedade civil, como resultado da rotinização do carisma fundacional. Porém, se no coração do *ethos* permanecer a matriz carismática, haverá sempre uma tensão permanente entre a via mística e a vida comunitária com a ação em esferas não religiosas. O que mitiga com certeza o grau e o alcance dessa ação.

Em texto recente, Pedro de Oliveira (2007) faz considerações muito próximas às minhas ao tratar do tema da transformação social entre carismáticos e participantes das CEBs. Ele conclui que há uma *afinidade eletiva*, em sentido weberiano, entre as CEBs e a transformação social a partir da *idéia-força* de *libertação* – entendendo-se “idéia-força” como “idéias carregadas de valor e por isso capazes de conferir sentido ao agir humano”. “Libertação” no contexto das CEBs se opõe à *opressão* exercida pelos mais ricos sobre os mais pobres, por isso permite a passagem da esfera religiosa para a esfera política. Na RCC, a *idéia-força* é *santificação*; mesmo quando se fala de “libertação” na RCC, seu uso é sinônimo de libertação pessoal, santificação, ou seja, o foco está no indivíduo e na superação de seus males. Assim, explicaria-se a facilidade com que um membro das CEBs encontra em lançar-se à militância política ou à participação social, pois faria parte de sua identidade religiosa a luta pela libertação da opressão, da injustiça. Ao contrário, a fraca adesão de membros da RCC com a prática política e a participação social vem de suas identidades religiosas estarem calcadas na busca da santidade; portanto, o envolvimento de alguns membros com a ação política não é visto como algo fundamental, mas apenas como algo facultativo, que não acrescenta nada de excepcional à santidade do indivíduo.

Em relação às Novas Comunidades, a matriz carismática com sua *idéia-força* de *santificação* é associada com outra *idéia-força*: *fraternidade*. Ou seja, a busca de santificação passa a ocorrer nesse lugar idílico, a “comunidade”, se traduzindo em fraternidade. Porém essa busca da fraternidade não me parece alterar a falta de afinidade eletiva entre a matriz carismática e a ação política e a participação social. Como evidenciei em minha pesquisa as Novas Comunidades estão desinteressadas da esfera pública política, o que não significa dizer que no futuro membros de Comunidades não se envolvam com a ação política mas, que provavelmente eles repetirão os mesmos padrões do que já se observa com os

membros da RCC: a ação política será algo facultativo, mais ligada ao indivíduo do que uma opção coletiva da Comunidade ou uma prioridade desta. E sempre estará presente para esses indivíduos e para a coletividade da Comunidade, aquela tensão que Weber apontava como característico na relação entre comunidades religiosas que buscam viver intensamente a religiosidade mística e a esfera da política, com suas orientações pragmáticas e racionais que não se adaptam ao acosmismo do amor almejado por uma ética de fraternidade (Weber, 2004a, 392-393).